

A.I. N.º - 928500-8/03
AUTUADO - RONILE ALCIDES COSTA LACERDA
AUTUANTE - HILDA A. S. RISCHARD
ORIGEM - IFMT-DAT/METRO
INTERNET - 23.09.03

3ª JUNTA DE JULGAMENTO FISCAL

ACÓRDÃO JJF N.º 0369-03/03

EMENTA: ICMS. DOCUMENTOS FISCAIS. NOTAS FISCAIS. AUDITORIA DE CAIXA. FALTA DE EMISSÃO DA DOCUMENTAÇÃO FISCAL CORRESPONDENTE. MULTA POR DESCUMPRIMENTO DE OBRIGAÇÃO ACESSÓRIA. Imputação não elidida. Auto de Infração **PROCEDENTE**. Decisão unânime.

RELATÓRIO

O presente Auto de Infração, lavrado em 27/01/03, refere-se a aplicação de penalidade pela falta de emissão de notas fiscais de saída de mercadorias nas vendas a consumidor, apurada através de auditoria de caixa, exigindo-se a multa no valor de R\$690,00, disposta no artigo 42, inciso XIV-A, “a”, da Lei nº 7.014/96.

O autuado apresenta impugnação, à fl. 24, alegando que a diferença positiva apurada na auditoria era decorrente do fundo de caixa, além de moedas para troco. Afirma que até o momento da ação fiscal não havia realizado venda e que por isso ainda não havia emitido nota fiscal. Ao final, solicita “revisão” no Auto de Infração.

A autuante em informação fiscal (fls. 33), mantém a autuação, dizendo que foi constatada, através de auditoria de caixa, diferença positiva comprobatória da irregularidade, ou seja, a venda de mercadorias sem a devida emissão dos documentos fiscais exigíveis. Ao final, opina pela procedência do Auto de Infração.

VOTO

Inicialmente não acato o pedido de “revisão” formulado pelo autuado, haja vista o que dispõe o art. 147, I, “a”, do RPAF/99.

No mérito, diante dos elementos constitutivos do presente PAF, entendo que ficou caracterizado que o contribuinte realizou operações de vendas sem a emissão da documentação fiscal correspondente.

De acordo com os documentos anexados pela autuante, ficou evidente o acerto da ação fiscal, já que o Termo de Auditoria de Caixa, anexado aos autos à fl. 03, constatou diferença positiva no valor de R\$583,00, servindo como prova do cometimento da infração, conforme entendimento já pacificado neste CONSEF, tendo em vista que a diferença entre o valor encontrado no caixa e o registrado nos documentos fiscais, corresponde a venda de mercadorias sem a emissão da documentação fiscal exigível.

Quanto à alegação do autuado de que a diferença positiva apurada na auditoria era decorrente do fundo de caixa, além de moedas para troco, entendo que não pode ser aceita, haja vista que o Termo de Auditoria acima citado, assinado por preposto do estabelecimento, constatou que no dia da ação fiscal não havia saldo de abertura comprovado, e que o valor em espécie apurado no momento da auditoria era de R\$293,00.

Ademais, o sujeito passivo não apresentou nenhuma prova de sua argumentação, e pelo que dispõe o art. 141, do RPAF/99, se qualquer das partes aceitar fato contra ela invocado, mas alegar sua extinção ou ocorrência que lhe obste os efeitos, deverá provar a alegação.

Por outro lado, a autuante anexou, ainda, às fls. 04 e 05, os comprovantes de venda com cartão de crédito (R\$300,50), o que inclusive contraria a afirmação do autuado de que ainda não havia realizado vendas até o momento, bem como a Nota Fiscal nº 4718, que foi emitida sob ação fiscal.

De tudo exposto, voto pela PROCEDÊNCIA do Auto de Infração.

RESOLUÇÃO

ACORDAM os membros da 3ª Junta de Julgamento Fiscal do Conselho de Fazenda Estadual, por unanimidade, julgar **PROCEDENTE**, o Auto de Infração **nº 928500-8/03**, lavrado contra **RONILE ALCIDES COSTA LACERDA**, devendo ser intimado o autuado para efetuar o pagamento da multa de **R\$690,00**, prevista no art. 42, inciso XIV-A, “a”, da Lei nº 7.014/96.

Sala das Sessões do CONSEF, 17 de setembro de 2003.

DENISE MARA ANDRADE BARBOSA - PRESIDENTE

LUÍS ROBERTO DE SOUSA GOUVÊA - RELATOR

TERESA CRISTINA DIAS CARVALHO – JULGADOR